

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012 e 2011



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	7
Balanços patrimoniais	9
Demonstrações de resultados	10
Demonstração dos resultados abrangentes	11
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	12
Demonstrações dos fluxos de caixa	13
Notas explicativas às demonstrações financeiras	14

Relatório da Administração

Prezados Acionistas,

É com satisfação que apresentamos as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da Unimed Seguros Saúde S.A. ("Seguradora").

O Mercado Segurador

De acordo com a Confederação Nacional de Seguros Privados - CNSP, estima-se um crescimento de 19,5% para setor em 2012 sobre 2011, o que representa um faturamento projetado de R\$ 255,7 bilhões. Se confirmado este crescimento, o mercado de seguros alcançará a inédita marca de 5,7% de participação no PIB.

Em termos de segmentos Saúde Suplementar dará a maior contribuição com cerca de R\$ 101,4 bilhões ou o equivalente à 40% da receita do setor, seguido por seguros de Vida e Previdência (R\$ 89,3 bilhões e 35%), Seguros Gerais (R\$ 48,4 bilhões e 19% de participação) e Capitalização (R\$ 16,5 bilhões e participação de 6%).

Dessa forma, o mercado de seguros continua a ter um desempenho muito superior ao PIB brasileiro com expansão na casa de dois dígitos, sendo que nesse ritmo poderá dobrar de tamanho considerando um crescimento médio nominal de 15% a partir de 2007.

Tais perspectivas otimistas estão baseadas primeiramente na taxa de desemprego reduzida e continuidade do aumento da renda do trabalhador brasileiro. Adicionalmente, o mercado segurador aposta em fatores como o microsseguro.

Cenário Econômico

A economia mundial deverá encerrar o ano de 2012 com um crescimento de cerca de 3%. O primeiro destaque cabe à economia norte-americana, que deve fechar o ano de 2012 com um crescimento de cerca de 2%, confirmando assim a tendência gradual de recuperação iniciada em 2010 depois da recessão de 2009, ao que pese ainda a elevada taxa de desemprego de cerca de 7,7% registrada no mês de Novembro, e o déficit fiscal também alto, estimado em 7,0% do PIB.

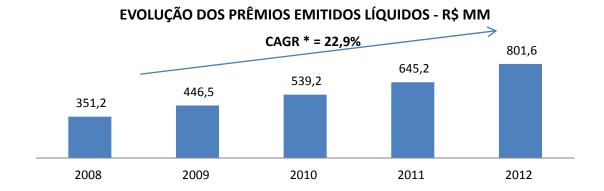
A zona do Euro apresentou-se em recessão em 2012, com uma queda no PIB de 0,4% para o conjunto dos países. Já a economia chinesa, cresceu cerca de 7,7% em 2012, pouco acima da meta oficial para o mesmo ano que foi de 7,5% juntamente com uma inflação de 2,8%, números esses que mantiveram a China em posição confortável na comparação internacional.

A economia local acabou de uma forma geral decepcionando as expectativas do mercado, que apontavam para um crescimento na faixa de 3% à 4%, sendo que as últimas projeções revisadas indicam que este crescimento deve situar-se na faixa de 1%.

A Selic fechou o ano de 2012 em 7,25% o menor valor da história, sendo que desde Agosto de 2011 dez cortes seguidos fizeram a taxa cair 5,25 pontos percentuais. Esta tendência de queda foi motivada pelo entendimento do Comitê de Política Monetária do Banco de que a estabilidade das condições monetárias por um período de tempo suficientemente prolongado é a estratégia mais adequada para garantir a convergência da inflação para a meta. O IPCA acumulou alta de 5,84% em 2012 discretamente inferior ao índice registrado em 2011 que foi de 6,5%, sendo que pelo terceiro ano consecutivo o IPCA ficou acima do centro da meta estabelecida pelo Banco Central de 4,5%.

Desempenho Econômico-Financeiro

A Unimed Seguros Saúde encerrou o ano de 2012 com R\$ 801,6 milhões em prêmios emitidos líquidos, apresentando assim um crescimento de 24,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, resultado esse fruto da retenção da sua base de clientes e ampliação da carteira através da expressiva aquisição de clientes novos registrada nos últimos anos.



* CAGR = Compound Annual Growth Rate

Os sinistros ocorridos totalizaram R\$ 586,0 milhões, um aumento de 22,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O índice de sinistralidade em 2012 foi de 74,3 % contra 75,2 % de 2011. Como pode ser notado pelo gráfico abaixo, o percentual de sinistralidade apresenta uma tendência gradativa de queda desde 2009, como conseqüência das ações tomadas pela Seguradora para redução da sinistralidade melhoria do perfil qualitativo de seu portfólio.

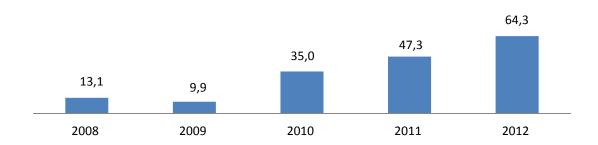


^{*} O % de sinsitralidade aqui divulgado é calculado sobre os prêmios ganhos.

As despesas administrativas totalizaram R\$ 60,4 milhões, um aumento de 2,6% em relação ao mesmo período do ano anterior. O resultado financeiro alcançou R\$ 27,3 milhões, contra R\$ 25,0 milhões de 2011.

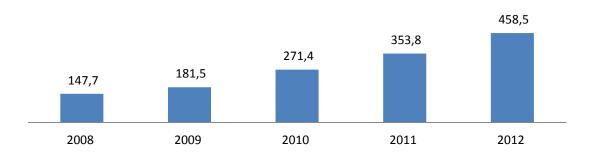
O lucro líquido da Unimed Seguros Saúde em 2012 foi de R\$ 64,3 milhões, um crescimento de 35,9% em relação a 2011. Este resultado significa um lucro de R\$ 3,22 por ação, incremento esse causado pela expansão e acompanhado de ganho de escala nas operações, que acabou fazendo com que a rentabilidade da Seguradora apresentasse um comportamento crescente.

EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - R\$ MM



Em termos de ativos os mesmos totalizaram R\$ 458,5 milhões ao final de 2012, o que representou um crescimento de cerca de 29,6% em relação ao ano anterior, crescimento esse sustentado pelo crescimento contínuo da carteira de aplicações da Seguradora.

EVOLUÇÃO DE ATIVOS - R\$ MM



A Administração declara que tem condições de manter os instrumentos financeiros mantidos até o vencimento.

Em termos de perspectivas para o ano de 2013, a companhia tem definido em seu planejamento obter no segmento Saúde, taxas de crescimento iguais ou superiores àquelas previstas para o consolidado do mercado.

Capital Social

O patrimônio social da Seguradora alcançou R\$ 213,9 milhões em dezembro de 2012, representado por 19.978.001 ações, sendo 100% dessas ações representadas por ações ordinárias, escriturais, sem valor nominal.

Remuneração aos acionistas

Após as deduções relativas à reserva legal, é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido, conforme estabelecido no Estatuto Social.

Agradecimentos

Agradecemos aos acionistas pela confiança nos negócios, aos segurados e corretores que nos honram pela sua preferência, aos nossos colaboradores pela dedicação e profissionalismo e as autoridades ligadas às nossas atividades, em especial à Agencia Nacional de Saúde Suplementar (ANS) pela renovada confiança em nós depositada.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013

A Administração



KPMG Auditores Independentes

R. Dr. Renato Paes de Barros, 33 04530-904 - São Paulo, SP - Brasil Caixa Postal 2467 01060-970 - São Paulo, SP - Brasil Central Tel Fax Nacional Internacional 55 (11) 2183-3000 55 (11) 2183-3001 55 (11) 2183-3034 www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e aos Acionistas da Unimed Seguros Saúde S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Unimed Seguros Saúde S.A. ("Seguradora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Seguradora é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeira da Seguradora para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Seguradora. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Unimed Seguros Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

Ênfase

Sem alterar nossa opinião descrita acima, chamamos a atenção para a Nota Explicativa nº 14b, que descreve o questionamento judicial da incidência da contribuição previdenciária sobre pagamentos efetuados às cooperativas de serviços médicos. A Administração da Seguradora e seus assessores jurídicos são de opinião que são remotas as chances de perda na resolução final deste processo, e, por conseguinte, os valores não recolhidos não foram provisionados.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2013

KPMG Auditores Independentes CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo Contador CRC 1SP252419/O-0 Leonardo de Assis Portugal Contador CRC RJ-079932/O-1

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	Notas	2012	2011		Notas	2012	2011
Ativo circulante		188.205	217.519	Passivo circulante		195.796	148.600
Disponível		5.143	3.030	Provisões técnicas de operações de assistência á saúde	11	127.632	100.294
Aplicações	6	132.290	180.508	Provisão para remissão	11	1.689	124
Crédito de operações com planos de assistência à saúde		4.732	3.537	Provisão de sinistros a liquidar Provisão de sinistros ocorridos e não avisados	11 11	39.950 85.993	22.153 78.017
Prêmio a receber	7a	4.699	3.413	Débitos de operações de assistência à saúde		3.343	2.595
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		33	124	Comercialização sobre operações		3.301	1.581
Despesas diferidas Créditos tributários e previdênciários	11 8	2.580 39.835	1.575 27.777	Outros débitos de operações com planos de assistência à saúde		42	1.014
Bens e títulos a receber	8	3.625	1.092	Provisões Tributos e contribuições a recolher	12	40.778 2.761	30.262 2.422
Ativo não circulante		270.278	136.312	Débitos diversos	13	21.282	13.027
Realizável a longo prazo		234.754	118.796	Passivo não circulante		48.749	31.225
Aplicações	6	192.325	92.725	Provisões técnicas de operações de assistência a saúde	11	2.264	2.961
Créditos tributários e previdênciários Valores e bens	8 13	14.395 28.034	9.572 16.499	Provisões Tributos e contribuições a recolher	14	37.130 2.741	23.179 713
Investimentos	9	17.452	899	Débitos diversos	13	6.614	4.372
Participações societárias - Investimentos no País		17.452	899	Patrimônio líquido		213.938	174.006
• •	10			Capital social	15	94.335	67.335
Imobilizado	10a	17.843	16.312	Reservas Reservas de lucros		117.866	106.662
Imóveis de uso próprio - Não hospitalares / não odontológicos Bens móveis - Não hospitalares / não odontológicos		12.283 5.378	12.128 3.937	Ajustes de avaliações patrimoniais		1.737	9
Outras imobilizações - Não hospitalares / não odontológicos		182	247				
Intangível	10a	229	305				
Total do ativo		458.483	353.831	Total do passivo		458.483	353.831

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

;

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais, exceto, o lucro líquido por ação)

	Notas	2012	2011
Prêmios ganhos de operações com plano de assistência à saúde		788.405	635.495
Prêmios retidos Variação das provisões técnicas Tributos diretos de operações com plano de assistência à saúde da operadora	17a 17b	801.625 (867) (12.353)	645.246 (444) (9.307)
Sinistros indenizáveis líquidos	170	(586.036)	(477.923)
•			
Sinistros conhecidos ou avisados	17c	(619.380)	(505.216)
Recuperação de sinistros conhecidos ou avisados	17d	41.320	30.725
Variação da provisão de sinistros ocorridos e não avisados		(7.976)	(3.432)
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		202.369	157.572
Outras Receitas Operacionais de Planos de Assistência a Saúde		907	153
Resultado bruto		203.276	157.725
Despesas de comercialização	17e	(41.731)	(32.170)
Despesas administrativas	17g	(60.389)	(58.878)
Outras receitas operacionais	Č	-	4
Outras despesas operacionais		(14.270)	(9.058)
Provisão para perdas sobre créditos		(5.197)	(1.659)
Provisão para contingências - Operacionais		(13)	(1.037)
Outras	17f	(9.060)	(7.386)
Resultado financeiro líquido		27.317	25.042
Receitas financeiras	17h	32.045	31.772
Despesas financeiras	17h	(4.728)	(6.730)
1		` /	, ,
Resultado patrimonial	17i	(2.398)	526
Receitas patrimoniais		467	526
Despesas patrimoniais		(2.865)	-
Resultado antes dos impostos e participações		111.805	83.191
Imposto de renda	18	(27.192)	(19.584)
Contribuição social	18	(16.904)	(11.943)
Participações no resultado		(3.371)	(4.318)
Resultado líquido	20	64.338	47.346
Quantidada da aagas		19.978.001	19.978.001
Quantidade de ações Lucro por ação		3,22	2,37
Euclo pol ação		3,22	2,37

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	64.338	47.346
Outros resultados abrangentes Ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	2.880	15
Tributos diferidos sobre ganhos não realizados com títulos e valores mobiliários	(1.152)	(6)
Resultado abrangente - Total	66.066	47.355

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

			Reservas de lucros		Ajustes de	Ganhos não		
	Notas	Capital social	Legal	Estatutária	avaliação patrimonial	realizados com TVM	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010		63.684	5.289	58.735			143	127.851
Reversão de dividendos		-	-	3.311	-	-	-	3.311
Aumento de capital com reserva de lucros - AGE de 31/03/2011		3.651	-	(3.651)	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	9 -	47.346	9 47.346
Proposta de destinação do lucro:								
Reserva legal		-	2.374	-		-	(2.374)	-
Reserva estatutária		-	-	40.604		-	(40.604)	_
Dividendos							(4.511)	(4.511)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		67.335	7.663	98.999	-	9	-	174.006
Aumento de capital com reserva de lucros - Conforme AGE de 28/06/2012	14a	27.000	-	(27.000)	-	-	-	-
Ajuste de títulos e valores mobiliários		-	-	-	-	1.728	-	1.728
Lucro líquido do exercício		-	-	-		-	64.338	64.338
Proposta de destinação do lucro:								
Reserva legal	14b	-	3.219	-	-	-	(3.219)	-
Reserva estatutária	14c	-	-	55.007	-	-	(55.007)	-
Reversão de dividendos 2011		-	-	4.511	-	-	-	4.511
Dividendos	14d	-	-	(25.000)	-	-	(6.112)	(31.112)
Outros ajustes				467				467
Saldos em 31 de dezembro de 2012		94.335	10.882	106.984		1.737		213.938

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de Reais)

	2012	2011
Atividades operacionais		
Recebimentos de planos de saúde	796.080	647.757
Outros recebimentos operacionais	12.995	11.982
Pagamento a fornecedores/prestadores de serviço de saúde	(571.681)	(475.359)
Pagamento de comissões	(42.839)	(32.224)
Pagamento de pessoal	(33.938)	(30.575)
Pagamento de pró-labore	(4)	(7)
Pagamento de serviços de terceiros	(7.911)	(7.469)
Pagamento de tributos	(65.368)	(48.317)
Pagamento de contingências (cíveis/trabalhistas/tributárias)	(249)	(175)
Pagamento de promoção/publicidade	(5.941)	(6.017)
Juros de aplicações financeiras	13.278	9.020
Resgate de aplicações financeiras	335.765	306.717
Aplicações financeiras	(370.225)	(353.750)
Outros pagamentos operacionais	(10.927)	(16.295)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	49.035	5.288
Atividades de investimentos		
Recebimento de venda de ativo imobilizado - Outros	-	21
Outros recebimentos das atividades de investimentos	437	-
Pagamento de aquisição de ativo imobilizado - Outros	(2.924)	(1.322)
Outros Pagamentos das Atividade de Investimento	(19.435)	
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	(21.922)	(1.301)
Atividades de financiamentos		
Pagamento de dividendos	(25.000)	-
Participação nos resultados		(3.024)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	(25.000)	(3.024)
Variação líquida do caixa	2.113	963
CAIXA - Saldo Inicial	3.030	2.067
CAIXA - Saldo Final	5.143	3.030
Ativos livres no início do exercício	151.152	963 103.921
Ativos livres no final do exercício	171.451	151.152

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Unimed Seguros Saúde S.A. (doravante referida também como "Seguradora") é uma entidade domiciliada no Brasil, situada na Alameda Ministro Rocha Azevedo, 366- São Paulo, que faz parte do Sistema Cooperativo Unimed, que é formado pelas cooperativas médicas que atuam sob a denominação Unimed, pelas suas federações, pela confederação nacional e por empresas associadas. A Seguradora atua de forma integrada com esse conjunto de organizações e mantém com elas diversas operações.

A Seguradora compartilha com sua Controladora, Unimed Seguradora S.A., certos componentes da estrutura operacional e administrativa, sendo o custo correspondente atribuído a cada uma das empresas segundo critérios estabelecidos pela Administração. A Seguradora e sua controladora são controladas indireta e direta, respectivamente, da Unimed Participações S/C Ltda.

A Seguradora é uma sociedade por ações e está subordinada às diretrizes e normas da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, à qual compete regulamentar, acompanhar e fiscalizar as atividades das operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive políticas de comercialização de planos de saúde e de reajustes de preços e normas financeiras e contábeis. A entidade possui registro na ANS - Agência Nacional de Saúde Suplementar, sob nº 00070-1.

2 Aquisições de controladas e participações de não controladores

Combinações de negócios

Em 28 de fevereiro de 2012 a Seguradora firmou acordo de investimento com a Federação Interfederativa das Cooperativas de Trabalho Médico do Estado de Minas Gerais e com a Uniminas Administração, Participações e Transportes Médicos de Urgência Ltda., que preve a aquisição de participação societária na Unimed Odonto S.A. (adquirida), por meio da subscrição de 4.735.715 ações ordinárias nominativas pelo montante de R\$ 5.000, com a qual a Unimed Seguros Saúde S.A. passa a deter 51% do capital social total e votante da Unimed Odonto S.A. Esta participação acionária concede à Unimed Seguros Saúde S.A. (adquirente) preponderância nas deliberações da Unimed Odonto S.A., passando a ser sua controladora.

Nos termos dos contratos assinados, o valor determinado da ação para fins de capitalização foi de R\$ 1,0558A transação foi liquidada em 27 de novembro de 2012, após autorização da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, mediante transferência dos recursos que foram depositados na conta corrente da adquirida.

Com a aquisição de controle da Unimed Odonto S.A. a Unimed Seguros Saúde S.A. busca aumentar sua participação no mercado de assistência a saúde e odontologico por meio do acesso à base de clientes da Unimed Odonto S.A., e visa, ainda, permitir a expansão da operação da Unimed Odonto a outros mercado, pois atualmente está concentrada na região metropolitana de Belo Horizonte. Para tanto, a Unimed Odonto S.A. se apoiará na capilaridade e estrutura da Unimed Seguros Saúde S.A., empresa que já atua de forma integrada ao Sistema Unimed.

Nos dez meses até 31 de dezembro de 2012, a investida contribuiu com uma receita de R\$ 13.128 e um prejuízo de R\$ 1.830, os quais foram reconhecidos na sua totalidade para fins de equivalência patrimonial nestas demonstrações financeiras.

A Administração está elaborando estudos para determinar o valor justo dos ativos adquiridos da Unimed Odonto S.A. As informações financeiras resumidas da adquirida em 28 de fevereiro de 2012 são como se seguem:

	R\$ mil
Ativo	
Disponível	502.050
Aplicações	2.109.130
Crédito de operações com planos de assistência à saúde	516.407
Outros ativos	208.559
Ativo não circulante	625.282
Provisões técnicas de operações de assistência á saúde	(1.299.283)
Débitos de operações de assistência à Saúde	(84.463)
Provisões	(53.138)
Tributos e contribuições a recolher	(238.342)
Empréstimos e Financiamentos a Pagar	(1.015.004)
Débitos diversos	(364.873)
Total líquido de ativos identificáveis	1.003.325

As operações da Unimed Odonto S.A. estão sujeitas a regulamentações específicas, sendo estas emitidas pela ANS, a qual também regula o mercado de atuação da Unimed Seguros Saúde S.A., não gerando necessidade de avaliação de impactos pelas diferenças de praticas de mercado de atuação.

Se novas informações obtidas dentro de um ano a conta da data da aquisição sobre fatos e circunstâncias que existiam à data da aquisição indicarem ajustes no valor acima da provisão, a contabilização de aquisição será revista.

O contas a receber de clientes monta a R\$ 2.994, dos quais R\$ 1.485 são estimados como não cobráveis na data de aquisição (data base: 31 de outubro de 2012). No mês de dezembro de 2012, a adquirente readequou sua provisão de risco de crédito para contemplar essa estimativa.

3 Base para preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), incluindo os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), de acordo com os critérios estabelecidos no plano de contas instituído pela Resolução Normativa 290, de 27 de fevereiro de 2012.

Essas demonstrações financeiras foram aprovadas em 26 de fevereiro de 2013.

Essas demonstrações financeiras estão sendo preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as entidades Supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar ANS, a qual não requer a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas preparadas em IFRS estão sendo divulgadas nesta mesma data, pela controladora, em conjunto específico de demonstrações financeiras.

a. Base de mensuração

A preparação das demonstrações financeiras pressupõe a continuidade dos negócios em curso normal, e foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção do que se segue:

- Ativos financeiros classificados como valor justo por meio do resultado e disponível para venda são mensurados pelo valor justo;
- Provisões técnicas, mensuradas de acordo com as determinações da ANS; e
- Investimentos mensurados por equivalência patrimonial.

b. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Seguradora. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

c. Utilização de estimativas e julgamento

A preparação de demonstrações financeiras exige que a Administração registre determinados valores de ativos, passivos, receitas e despesas com base em estimativa, as quais são estabelecidas a partir de julgamentos e premissas quanto a eventos futuros. Os valores reais de liquidação das operações podem divergir dessas estimativas em função da subjetividade inerente ao processo de sua determinação.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 6 Ativos Financeiros (avaliados pelo valor justo)
- Nota 7b Movimentação da provisão para riscos de créditos
- Nota 11 Provisões técnicas e despesas de comercialização diferidas
- Nota 14 Provisões judiciais

d. Conciliação dos impactos das alterações implementadas pela RN nº 290/12 -ANS

A Resolução Normativa nº 290, da ANS revogou Instrução Normativa nº 46, e introduziu modificações na classificação das contas patrimoniais e de resultado e os ajustes mais significativos foram: No balanço patrimonial os resultados diferidos que deixaram de existir sendo alocados em outros débitos de operações com planos de assistência à saúde. No resultado foram reclassificados os registros das receitas com outras operações de assistência médica.

Em decorrência, as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, anteriormente publicadas de acordo com a IN nº46, foram reclassificadas segundo os novos critérios de forma a propiciar comparabilidade, conforme se segue:

Conta	Valores divulgados						
	Instrução Normativa IN 46	Reclassificações	Resolução Normativa RN 290				
Outros débitos de operações com planos de assistência à aaúde	34	980	1.014				
Outras receitas operacionais	157	(153)	4				
Outras receitas operacionais de planos de assistência a saúde	-	<u>153</u>	<u>153</u>				

4 Principais práticas contábeis

a. Disponível

O saldo de caixa e bancos inclui numerário em caixa, saldos em banco conta movimento e valores em trânsito.

b. Aplicações financeiras

Os ativos financeiros são classificados segundo a intenção da Administração nas seguintes categorias: empréstimos e recebíveis, ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda ou mantidos até o vencimento.

i. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Seguradora gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de risco e estratégia de investimento. As mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso exista intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos no período e de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

iii. Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Estes ativos são deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável e compreendem substancialmente "Prêmios a receber".

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos não derivativos que não classificados em nenhuma das categorias anteriores.

Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas nos resultados abrangentes e registradas dentro do patrimônio líquido pelo valor líquido dos respectivos efeitos tributários sobre o ganho não realizado. Quando um investimento é realizado, o saldo acumulado é transferido para o resultado. Os juros são reconhecidos no resultado.

v. Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa públicos tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA. Os títulos de renda variável tiveram seu valor justo obtido a partir da última cotação publicada pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Mercadorias e Futuros. Os certificados de depósitos bancários e os depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) são registrados ao custo, acrescido dos rendimentos incorridos, que se aproximam de seu valor justo.

c. Provisão para riscos de créditos - Contraprestações a receber

Constituída com base na totalidade das parcelas devidas por beneficiários que tenham pelo menos uma parcela em atraso, considerando os prêmios vencidos há mais de 60 dias para as operações com planos de assistência individual e 90 dias para os planos de assistência coletiva e demais créditos a receber.

d. Propriedade para investimentos

São registrados nesta rubrica ativos imobiliários (prédios e terrenos) que não são classificados como propriedades de uso próprio e que são alugados para terceiros para auferir renda. Os imóveis de investimento são avaliados ao custo de aquisição reduzido por depreciação.

e. Investimento

O investimento em coligada é avaliado pelo método de equivalência patrimonial.

f. Ativo imobilizado de uso próprio

Os itens do imobilizado são avaliados pelo custo histórico de aquisição menos a depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

As licenças de software adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dentro do grupo "Resultado na alienação de bens do ativo permanente".

A depreciação é reconhecida no resultado pelo método linear considerando a vida útileconômica estimada de cada parte de um bem do imobilizado, sendo depreciados conforme se segue:

Bens móveis: 2 a 5 anos

Imóveis em uso: 50 anos

Outros: 5 a 10 anos.

O método de depreciação, a vida útil e os valores residuais dos bens do imobilizado são revistos anualmente. A Seguradora reviu o estudo de vida útil dos ativos imobilizados e não detectou alterações nos prazos estabelecidos.

g. Ativos intangíveis

Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes de produtos de *software* identificáveis e exclusivos, controlados pela Seguradora, são reconhecidos como ativos intangíveis quando é possível demonstrar a intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento e que benefícios econômicos futuros serão gerados. Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com terceiros e equipes internas alocadas no desenvolvimento de *software*. Outros gastos com desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em períodos subsequentes. Os custos com desenvolvimento de *softwares* reconhecidos como ativos são amortizados durante sua vida útil estimada e avaliados para *impairment*, caso haja indicativo de perda. A Seguradora reviu a vida útil estimada de seus ativos intangíveis e os prazos não sofreram alterações.

Os ativos intangíveis são amortizados pela vida útil estimada, que é de aproximadamente 5 anos a partir da data em que o sistema entre em operação.

h. Despesas de comercialização diferidas

As comissões e os agenciamentos são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices e são refletidos no saldo da conta "Despesas diferidas".

i. Contratos de arrendamento mercantil (leasing)

A classificação dos contratos de arrendamento mercantil é realizada no momento da sua contratação. Os arrendamentos nos quais a Seguradora detém, substancialmente, todos os riscos e os benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. Estes itens são capitalizados no balanço patrimonial no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento, sendo parte alocada ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa de juros efetiva constante sobre o saldo da dívida em aberto.

j. Análise da recuperabilidade de ativos financeiros e não financeiros ("impairment")

i. Ativos financeiros não avaliados pelo valor justo

A cada data de balanço é avaliado se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo estejam deteriorados. Os ativos financeiros são considerados deteriorados quando evidências objetivas demonstram que ocorreu uma perda após o reconhecimento inicial do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão de perdas.

Evidências da não recuperabilidade são consideradas tanto para ativos específicos como no nível coletivo. Todos os ativos financeiros individualmente significativos são avaliados para se detectar perdas específicas. Todos os ativos significativos que a avaliação indique não serem especificamente deteriorados são avaliados coletivamente para detectar qualquer perda de recuperabilidade incorrida, porém ainda não identificada. Os ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente para se detectar a perda de recuperabilidade agrupando-se ativos financeiros (contabilizados a custo amortizado) com características de risco similares.

ii. Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros que não apresentam vida útil definida não são amortizados e são testados por *impairment* anualmente. Ativos sujeitos à depreciação (incluindo ativos intangíveis não originados de contratos de seguros) são avaliados por *impairment* quando ocorrem eventos ou circunstâncias que indiquem que o valor contábil do ativo não seja recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida no resultado do período quando o valor contábil do ativo exceda o valor recuperável do ativo. O valor recuperável é definido no CPC 01 (R1) como o maior valor entre o valor em uso e o valor justo do ativo (reduzido dos custos de venda dos ativos).

k. Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as notas técnicas atuariais e determinações contidas na Resolução RNº nº 209/2009, entre outras, conforme segue:

- Os prêmios foram apropriados pelo valor correspondente ao rateio diário -" *pro-rata-die*" do período de cobertura individual de cada contrato, a partir do primeiro dia de cobertura.
- A provisão de benefícios concedidos é constituída para garantia das obrigações decorrentes das cláusulas contratuais de remissão das contraprestações pecuniárias referentes à cobertura de assistência à saúde e foi calculada com base em nota técnica devidamente aprovada pela ANS, de acordo com as determinações da Resolução Normativa nº 148, de 3 de março de 2007 e normas posteriores.
- A provisão de sinistros a liquidar é constituída pelo valor do reembolso pleiteado pelo segurado, com base nos documentos recebidos até a data do balanço. O valor contabilizado na rubrica "Recuperação de sinistros" corresponde as glosas e co-participação.
- A provisão para sinistros ocorridos e não avisados é calculada conforme nota técnica atuarial devidamente aprovada pela ANS, utilizando como modelo matemático os triângulos de "runoff" para o período de 36 meses.

I. Benefícios aos empregados

i. Obrigações de curto prazo a empregados

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são reconhecidas pelo valor esperado a ser pago e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Seguradora tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

ii. Planos de contribuição definida

A Seguradora oferece aos seus diretores complementação de aposentadoria sob a forma de renda mensal temporária pelo prazo de 12 meses na modalidade de contribuição definida.

A Seguradora também é patrocinadora de plano de previdência complementar administrado pela própria Unimed Seguradora S.A. para seus funcionários e administradores, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas pela empresa patrocinadora. A idade mínima para o recebimento dos benefícios é de 60 anos, respeitado o período mínimo de cinco anos de contribuição ao plano. Os participantes fazem jus à contribuição do patrocinador após sua admissão na Seguradora, e ao patrocinador não é atribuída qualquer responsabilidade ou obrigação decorrente do tempo de serviço do participante anteriormente à instituição do plano.

Outros beneficios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e são reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

m. Provisões judiciais, ativos e passivos contingentes

A Seguradora reconhece uma provisão somente quando existe uma obrigação presente, que possa ser estimada de maneira confiável, como resultado de um evento passado, e é provável que o pagamento de recursos seja requerido para liquidação dessa obrigação.

Os valores provisionados são apurados por estimativa dos pagamentos que a Seguradora possa ser obrigada a realizar em função do desfecho desfavorável de ações judiciais em curso de natureza cível não relacionada a sinistro, fiscal e trabalhista e cuja probabilidade de perda seja considerada provável.

As obrigações legais objeto de ações judiciais são provisionadas independentemente da perspectiva de êxito em relação ao desfecho final dos processos.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado, mas seu pagamento não for provável ou seu montante não puder ser estimado de forma confiável.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

n. Política de reconhecimento de receita

i. Reconhecimento de prêmio emitido de contratos de seguro saúde - As receitas de prêmio dos contratos de seguro saúde são reconhecidas proporcionalmente, e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices. Os prêmios de seguros, cuja emissão é antecipada ao período de cobertura de risco, são mantidos em conta patrimonial retificadora da conta de prêmios a receber específica e reconhecidos no resultado a partir do início do período de cobertura do risco.

- ii. Receita de juros e dividendos recebidos As receitas de juros de instrumentos financeiros (incluindo as receitas de juros de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado) são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Quando um ativo financeiro é reduzido, como resultado de perda por *impairment*, a Seguradora reduz o valor contábil do ativo ao seu valor recuperável, correspondente ao valor estimado dos fluxos de caixa futuro, descontado pela taxa efetiva de juros e continua reconhecendo juros sobre estes ativos financeiros como receita de juros no resultado do exercício.
- **Receitas com imóveis de renda** As receitas oriundas de propriedade para investimento são reconhecidas no resultado do período, segundo o método linear e proporcionalmente ao longo do período do aluguel.

o. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Seguradora. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo na data em que são aprovados na Assembleia Geral Ordinária.

p. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido

A provisão para imposto de renda do exercício corrente e diferido foram calculados à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável anual que excede R\$ 240 ao ano, e a contribuição social sobre o lucro é calculada à alíquota de 15% sobre o lucro tributável.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas vigentes às diferenças temporárias quando elas revertem, até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e sejam referentes a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária e sobre a mesma entidade sujeita à tributação, ou sobre entidades tributáveis distintas mas que exista a intenção de liquidar os impostos correntes passivos e ativos em uma base líquida ou os ativos e passivos fiscais serão realizados simultaneamente

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas. Os créditos por perdas fiscais ou base negativa somente serão registradas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

q. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2013, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

i. IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2010), IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros) (2009)

Em outubro de 2010, a revisão da norma IFRS 9, contemplando instruções acerca de classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros, foi emitida pelo IASB e a data de implementação obrigatória foi fixada para vigorar em 01/01/2013. No entanto, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4 e aos projetos de impairment e hedge accounting (incluindo macro hedging), que colocaram em dúvida se esta data era apropriada, o comitê do IASB adiou a data de implantação obrigatória para 01/01/2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

ii. IFRS 13 Fair Value Measurement (Mensuração do Valor Justo) (CPC 46 - Mensuração do Valor Justo)

O IFRS 13 / CPC 46 contém uma única fonte de orientação sobre como o valor justo é mensurado, e substitui a orientação de mensuração de valor justo que atualmente está dispensada em outras IFRSs. Sujeito a exceções limitadas, o IFRS 13 / CPC 46 se aplica quando a mensuração ou divulgações de valor justo são requeridas ou permitidas por outras IFRSs. A Companhia está atualmente revisando sua metodologia de determinação de valor justo. O IFRS 13 / CPC 46 é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013. A Companhia esta em processo de avaliação dos impactos dessa nova norma, não tendo identificado os efeitos relevantes para a sua adoção.

iii. Amendments to IAS 19 Employee Benefits (2011) (Alterações ao IAS 19 Beneficios a Empregados) (CPC 33 (R1) Beneficios a Empregados)

O IAS 19 (2011) / CPC 33 (R1) altera a definição de benefícios de curto e longo prazo para clarificar a distinção entre os dois. Para planos de benefício definido, a remoção da escolha de política contábil para reconhecimento de ganhos e perdas atuariais não deve ter impacto na Companhia. Entretanto, a Companhia talvez tenha que avaliar o impacto das mudanças nos princípios de mensuração do retorno esperado sobre os ativos do plano. O IAS 19 (2011) / CPC 33 (R1) é efetivo para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013

5 Gestão de risco

A política e os controles de gestão de riscos são efetuados pela sua controladora indireta Unimed Seguradora S.A., os quais abrangem as operações da Unimed Seguros Saúde S.A.

a. Introdução

A gestão de riscos se concentra em cinco aspectos principais:

- Controlar o impacto dos eventos negativos;
- Gerenciar as incertezas inerentes ao alcance dos objetivos;
- Buscar oportunidades, visando à obtenção de vantagem competitiva e aumento do valor para o acionista;
- Alinhar o apetite de risco da organização com as estratégias adotadas; e
- Prover melhorias de alocação de capital.

Para definir as estratégias da gestão de riscos, foi constituída uma área de Gestão de Riscos. As estratégias de risco são definidas em reuniões com a Diretoria Executiva, discutindo os aspectos específicos de cada unidade da Seguradora. A área de Gestão de Riscos possui uma visão integrada dos riscos a que estão sujeitas, bem como da interdependência entre as várias categorias de riscos, as unidades operacionais e a estratégia. A área de Gestão de Riscos tem as seguintes atribuições:

- Aprovar as políticas de gerenciamento de riscos;
- Alinhar as ações da Seguradora com o apetite de risco e a estratégia definida pela Diretoria Executiva;
- Suportar a gestão estratégica de riscos da organização para melhor alocação do capital; e
- Submeter para aprovação da Diretoria Executiva proposta de níveis de retenção de risco por ramo de seguro e mudanças significativas nas políticas de subscrição.

A seguir apresentamos as informações sobre a exposição a cada um dos riscos mencionados, inerentes às suas operações, os quais podem afetar o alcance dos objetivos estratégicos e financeiros, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento de riscos e o gerenciamento de capital permitindo que os riscos de Mercado, Liquidez, Crédito, Operacional e Subscrição sejam efetivamente identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados de modo unificado.

b. Risco de mercado

Possibilidade de perda ocasionada por um movimento adverso nos valores dos ativos e passivos, causada por mudanças nas taxas de câmbio, de juros e em outros indicadores, individualmente ou em conjunto e se subdivide em duas categorias:

Risco de oscilação de preços

Possibilidade de perda no valor da carteira em função de mudanças adversas nos preços, taxas de juros, taxas de câmbio, índices e derivativos.

i. Gerenciamento do risco de mercado

As seguintes técnicas são utilizadas para controlar e mitigar o risco de mercado:

Para o controle de risco de mercado a Seguradora utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Para acompanhamento do risco de mercado seguimos o modelo de VaR(*Value-at-Risk*).

Neste sentido, partes das aplicações financeiras são alocadas em fundos de investimentos abertos e, para estes casos, é realizada análises através do acompanhamento constante junto aos gestores, os quais utilizam modelos como o VaR e ferramentas de avaliação de risco das carteiras destes fundos. Não obstante, contamos com o suporte de consultoria externa para avaliação de risco de mercado.

ii. Resultados do teste de sensibilidade

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de riscos: (i) taxa de juros e cupons de títulos indexados a índices de inflação (IPCA).

Para os títulos classificados na categoria "ativos mantidos até o vencimento", as oscilações de taxas de juros no mercado não têm qualquer efeito sobre o valor contábil dos títulos, uma vez que estes são corrigidos unicamente pelos juros pactuados.

No caso dos títulos classificados na categoria "ativos disponíveis para venda", o impacto na oscilação das taxas de juros de mercado está diretamente relacionado a duração dos títulos.

Com base nessas premissas, o teste de sensibilidade apresenta, para os títulos pré-fixados e atrelados a inflação (IPCA), classificados na categoria "ativos disponível para venda", qual seria o impacto contábil imediato caso as curvas de juros usadas no apreçamento desses títulos apresentassem uma oscilação de 1 (um) ponto percentual para mais ou para menos (independentemente do vencimento). O teste de sensibilidade oferece uma medida, portanto, do risco de mercado atrelado aos títulos "disponíveis para venda" integrantes da carteira de investimentos da Unimed Seguradora.

No caso dos títulos atrelados a juros pós-fixados (ex. CDI e Selic), o teste de sensibilidade considerou qual seria o impacto contábil, num horizonte de 12 meses, decorrente do aumento ou redução de um ponto percentual na taxa de juros projetada para este horizonte de tempo. Dessa forma, para os ativos pós-fixados, considerou-se o impacto que variações nas taxas de juros correntes teriam na rentabilidade da carteira ao longo dos próximos 12 meses.

Por fim, para a parcela da carteira investida em renda variável, considerou-se qual seria o impacto imediato de uma oscilação de dez pontos percentuais, para mais ou para menos, no preço das ações integrantes da carteira da Unimed Seguros Saúde S.A.

Impacto sobre lucro e patrimônio líquido, líquido dos impostos e contribuições

		Taxa de jur	os
Classe de ativo	Alocação	+1%	-1%
Títulos pós fixados			
Disponível para venda	177.039	1.770	(1.770)
Até o vencimento	20.765	208	(208)

	_	Taxa de juros		
Classe de ativo	Alocação	+1%	-1%	
Titulos pré fixados				
Disponível para venda	44.050	(1.068)	1.068	
Até o vencimento	25.590	· · · · -	-	
IPCA				
Disponível para venda	46.165	(2.600)	2.600	
Até o vencimento	5.302	-	-	
IGP-M				
Até o vencimento	5.787	-	-	
Impacto no resultado		<u>(1.690)</u>	<u>1.690</u>	
Impacto no patrimônio líquido		<u>(1.014)</u>	<u>1.014</u>	

iii. Limitações da análise de sensibilidade

O quadro acima demonstra o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

Os demais ativos financeiros não classificados como aplicações, não foram considerados no teste de sensibilidade apresentado em virtude da sua natureza e de terem realização em curto prazo.

c. Risco de liquidez

Gerenciamento do risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade da ocorrência de perdas decorrentes da inexistência de recursos suficientes para o cumprimento, nas datas previstas, dos compromissos assumidos.

Para mitigar este risco, frequentemente são realizados estudos do fluxo de caixa, tendo como finalidade estabelecer o controle de possíveis descasamentos entre os ativos negociáveis e passivos exigíveis (prazos de liquidação de direitos e obrigações, bem como da liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras).

Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", com uma parcela das aplicações financeiras alocadas em ativos de liquidez imediata e com vencimentos de 1 a 30 dias, com o objetivo de manter a liquidez em níveis mínimos necessários de maneira a honrar os seus compromissos de curto prazo.

Aplicações financeiras

	2012	
Liquidez (*)	R\$ (mil)	% Carteira
Imediata	176.961	55
De 31 a 120 dias	5.303	2
De 121 a 240 dias	14.549	4
De 241 a 360 dias	9.806	3
Acima de 361 dias	117.996	36
Total	324.615	100
	2011	
Liquidez (*)	R\$ (mil)	% Carteira
Imediata	58.639	21
De 1 a 30 dias	34.839	13
De 31 a 120 dias	70.295	26
De 121 a 240 dias	16.735	6
Acima de 361 dias	92.725	34
Total	273.233	100

(*) Definimos como liquidez, a data que a Seguradora pode realizar o resgate da aplicação sem carência e sem cobrança de IOF. Consideramos acima de 361 dias as aplicações que a carência para resgate é acima de 1 ano.

i. Casamento dos Ativos e Passivos (ALM)

A Gestão de Ativos e Passivos é efetuada utilizando a metodologia ALM (*Assets and Liabilities Management*). Esta metodologia consiste num processo contínuo de formulação, implementação, monitoramento e revisão das estratégias de gestão de ativos e passivos com o objetivo de atingir determinado retorno com determinado nível de risco.

Ativos financeiros	Sem vencimento	Vencidos acima de 1 ano	Vencidos até 1 ano	A vencer em até 1 ano	A vencer entre 1 e 5 anos	Total
Disponível	5.143	_	-	_	-	5.143
Aplicações	-	-	-	132.290	192.325	324.615
Prêmios a receber (**)	-	3.973	8.216	1.141	-	13.330
Bens e títulos a receber	-	-	-	3.625	-	3.625
Depósitos judiciais e fiscais (*)	<u>28.034</u>					28.034
Total dos ativos financeiros	33.177	3.973	<u>8.216</u>	137.056	192.325	374.747

Passivos financeiros	Sem vencimento		Vencidos até 1 ano	A Vencer em até 1 ano	A Vencer entre 1 e 5 anos	Total
Provisões técnicas - Assistência a Saúde	129.896	_	_	_	_	129.896
Débitos Operações - Assistência a Saúde Tributos e contribuições a recolher -Curto e	-	981	1.703	659	-	3.343
longo prazo	-	877	654	3.971	-	5.502
Provisões - Curto prazo (IRPJ e CSLL) Débitos diversos - Curto e longo prazo:	40.778	-	-	-	-	40.778
Obrigações com pessoal	-	-	-	6.344	_	6.344
Dividendos a pagar	-	-	-	6.112	-	6.112
Fornecedores	4.882	92	39	3.345	287	8.645
Depósito de terceiros	-	159	4.087	1.087	-	5.333
Outros débitos a pagar	-	3	4	10	1.445	1.462
Provisões - Longo prazo:						
Ações judiciais(*)	37.130					37.130
Total dos passivos financeiros	<u>212.686</u>	<u>2.112</u>	<u>6.487</u>	<u>21.528</u>	1.732	<u>246.704</u>

- (*) A realização desses ativos e passivos, apresentados acima como "sem vencimento", está condicionada aos desfechos dos processos judiciais.
- (**) Valor bruto da provisão para perdas sobre créditos

d. Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a empresa a incorrer em perdas financeiras. Os critérios para a escolha dos emissores dos ativos de crédito passam por uma avaliação interna onde os investimentos (ou reinvestimentos) são realizados somente com contrapartes com alta qualidade de rating de crédito, e têm seus *ratings* avaliados por agências renomadas atuantes no mercado. A exposição da Seguradora e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas, revisadas e aprovadas pelo Comitê de Investimentos.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a carteira de aplicações da Seguradora está alocada nas instituições com as seguintes classificações de risco.

2012 Carteira de ativos por nível de risco

	tros por inverte risco	
Nota	Valor (R\$ mil)	Part. % total
Soberano (Brasil)	94.193	28
AAA	15.028	5
AA	31.403	10
A	42.292	13
BBB	14.274	4
BB	24.791	8
Total em risco	221.981	68
Sem Classificação*	102.634	32
Total	324.615	100

2011 Carteira de ativos por nível de risco

Nota	Valor (R\$ mil)	Part. % total
Soberano (Brasil)	26.951	10
AAA	46.933	17
AA	38.860	14
A	81.338	30
BBB	44.894	16
BB	21.447	8
Total em risco	260.423	95
Sem classificação (*)	12.809	5
Total	273.233	100%

(*) Fundos de investimentos abertos.

O principal risco de crédito está vinculado às instituições depositárias das aplicações financeiras da Seguradora.

Risco de concentração de investimentos

Possibilidade de agravamento das perdas no valor da carteira, causado pela não diversificação dos investimentos.

Risco operacional

Risco operacional é a possibilidade de perda decorrente de processos internos inadequados ou deficientes, erros, fraudes ou falhas nas operações ou eventos externos que causem prejuízos às suas atividades normais ou danos aos seus ativos físicos.

i. Controle do risco operacional

Para realizar o controle dos riscos operacionais, foi adotado como estrutura norteadora o COSO - Commitee os Sponsoring Organizations of Treadway Commission e o CSA - Control Self Assessment.

O *Control Self Assessment* consiste no processo de descentralização da avaliação contínua da efetividade do ambiente de controle, permitindo que as unidades organizacionais identifiquem os riscos potenciais aos quais estão expostas e implementem controles suficientes para a mitigação destes riscos.

O processo de gestão qualitativa dos riscos é conduzido pela Área de Gestão de Riscos e está estruturado da seguinte forma:

ii. Mapeamento dos riscos

A identificação dos riscos conta com o suporte da Área de Gestão de Riscos, porém é realizada pelos gestores responsáveis pela execução das atividades inerentes ao processo de negócio avaliado.

iii. Classificação dos riscos

Os riscos identificados na fase do mapeamento são alocados em uma categoria, de acordo com os critérios de classificação previamente acordados e validados pela Administração.

iv. Avaliação dos riscos

A avaliação dos riscos permite que a Administração considere até que ponto os eventos elencados na fase de identificação de riscos possam impactar a realização dos objetivos. Esta avaliação fundamenta-se em duas perspectivas: probabilidade de ocorrência do evento de perda e severidade em caso de materialização. Para avaliar os riscos identificados e classificados, utiliza-se métricas de impacto e frequência, as quais foram desenvolvidas tendo como base nossas demonstrações financeiras.

v. Avaliação dos controles

A Área de Gestão de Riscos é responsável pela avaliação dos controles associados aos riscos identificados por meio de questionários objetivos, os quais são respondidos pelos gestores responsáveis pela execução das atividades. O peso de cada um dos requisitos de controle respondidos é avaliado pela Área de Gestão de Riscos para a obtenção da pontuação referente à avaliação dos controles. Assim, chegamos ao cálculo do risco residual, ou seja, o risco que permanece mesmo após a adoção de uma medida de controle.

vi. Estabelecimento de planos de ação

São estabelecidos planos de ação para os casos onde seja identificada a ausência ou insuficiência de controles. Estes planos de ação contemplam a ação a ser implementada, o responsável pela implementação e a data de conclusão. A Área de Gestão de Riscos é responsável pelo monitoramento dos planos de ação e reporte para todas as partes interessadas.

e. Risco de subscrição

O risco de subscrição é gerenciado por meio de políticas de aceitação, dos processos de gestão de riscos dos contratos de seguros e das definições de premissas e acompanhamento das provisões técnicas. A teoria da probabilidade é aplicada para a precificação e constituição de provisões, sendo que o principal risco é que a frequência ou severidade de sinistros/benefícios seja maior do que o estimado.

i. Riscos de oscilação da provisão de sinistros

Além dos critérios definidos em legislação, as metodologias aplicadas para a constituição das provisões nas operações de seguros são, na sua grande maioria, baseadas em métodos usualmente adotados pela comunidade atuarial internacional, adaptadas para refletirem a realidade das controladas que operam com seguros.

Além dos modelos internos, para a gestão e mitigação do risco da provisão devido ao risco de desvio na qualidade e/ou valor médio dos sinistros ocorridos, Seguradora possui os seguintes procedimentos:

- Testes de consistência das metodologias de constituição das provisões Neste procedimento é avaliada a adequação das metodologias utilizadas para a constituição das provisões técnicas. Este procedimento e realizado no mínimo anualmente.
- Recálculo das provisões técnicas Periodicamente são realizados recálculos para avaliar se os montantes provisionados em uma data passada foram adequados. Estes cálculos são feitos no mínimo anualmente.

• Acompanhamento mensal da variação das provisões técnicas - Mensalmente são analisadas as variações observadas nas provisões técnicas para acompanhamento da sua adequação.

Os procedimentos acima indicados são utilizados para definir (se necessário) mudanças na metodologia de cálculo das provisões, revisão dos procedimentos de cálculo e na tomada de decisão.

f. Concentração de riscos

Atualmente a Unimed Seguros Saúde atua fortemente na região sudeste, porém vem atuando constantemente nas demais regiões do Brasil, e desenvolvendo projetos para maior abrangência em todo o território nacional. A concentração apresentada é baseada no faturamento líquido obtido no exercício, porém a distribuição de beneficiários é bem menos concentrada devido aos participantes dos planos de saúde empresarial, não estarem situados na mesma localização de seus estipulantes, de modo que entende-se que não haja concentração de riscos operacionais na carteira.

	Distribuição de prêmios de assistência à saúde - Por Região Geográfica											
	Centro	Oeste	Norde	este	Nor	te	Sudes	ste	Sul		Total g	geral
2012 2011	34.280 26.814	4% 4%	51.621 33.135	6% 5%	13.319 11.904	2% 2%	646.135 528.312	81% 82%	56.270 45.080	7% 7%	801.625 645.245	100% 100%

g. Principais ramos de atuação

A Seguradora opera principalmente com planos de saúde de grupo, que no exercício apresentou um índice de sinistralidade, desconsiderada a variação da provisão para sinistros ocorridos e não avisados, de 73% (75% em 2011) e um índice de comissionamento de 5 % (5% em 2011) em relação ao prêmio ganho no mesmo exercício.

6 Ativos financeiros (aplicações)

Aplicações financeiras			Vencimen	tos			Ativos		Tota	al
Títulos	Níveis	Sem vencimento	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Valor Contábil	Valor Custo Atualizado	Ganho/perda não realizado	31/12/2012	31/12/2011
Títulos										
Valor justo por meio do resultado		102.633	<u> </u>	<u> </u>	<u> </u>	102.633	102.633	<u>=</u>	102.633	12.809
Quotas de Fundos de Renda Variável	2	-	-	-	-	-	=	-	-	11.394
Quotas de Fundos de Renda Fixa	2	102.633	-	-	-	102.633	102.633	-	102.633	1.415
Disponível para venda		<u> </u>	5.303	34.304	44.485	84.092	81.196	2.896	84.092	145.628
Certificado de depósito bancário (CDB)	2	_	5.303	_	_	5.303	5.303	_	5.303	139.929
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	2	_	-	-	_	-	-	-	-	4.077
Debêntures	2	-	-	-	10.511	10.511	9.820	691	10.511	-
Fundo Renda Fixa	2	-	-	-	-	-	-	-	-	1.622
Letras Tesouro Nacional (LTN)	1	-	-	22.540	-	22.540	21.956	584	22.540	-
Notas Tesouro Nacional (NTN-F)	1	-	-	7.304	-	7.304	7.085	219	7.304	-
Notas Tesouro Nacional (NTN-B)	1	-	-		33.974	33.974	32.572	1.402	33.974	-
FIDC	2	-	-	4.460	-	4.460	4.460	-	4.460	-
Mantidos até o vencimento		<u> </u>	24.354	92.666	20.870	137.890	137.890		137.890	114.796
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)		-	14.549	66.808	_	81.357	81.357	-	81.357	87.845
Letra Financeira		-	-	5.288	20.870	26.158	26.158	-	26.158	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)		_	9.805	5.282	-	15.087	15.087	-	15.087	18.624
Letras Tesouro Nacional (LTN)		-	-	15.288	-	15.288	15.288	-	15.288	8.327
Total		102.633	29.657	126.970	65.355	324.615	321.719	2.896	324.615	273.233

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Seguradora não efetuou operações com instrumentos financeiros derivativos.

a. Hierarquia do valor justo

Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1 Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Seguradora não efetuou transferências entre as classificações dos ativos financeiros, inclusive os ativos mantidos até o vencimento.

b. Movimentação das aplicações financeiras

Movimentação de aplicação	2012	2011
Saldo inicial do exercício	273.233	208.395
Aplicação	370.225	353.750
Resgate	(335.765)	(306.717)
Juros	(13.278)	(9.020)
Resultado financeiro	27.496	26.941
Ajustes de MTM	2.896	-
Outros	(192)	(116)
Saldo final do exercício	324.615	273.233

c. Comparativo do valor contábil e valor de mercado dos títulos mantidos até o vencimento

		Ativos		Tota	<u> </u>
Títulos	Valor contábil	Valor mercado	Ganho não realizado	2012	2011
Letra Financeira (LF)	26.158	26.557	398	26.158	_
Depósito a prazo com garantia especial (DPGE)	81.357	81.493	136	81.357	87.845
Letras Financeiras do Tesouro (LFT)	15.087	15.085	(1)	15.087	18.624
Letras Tesouro Nacional (LTN)	15.288	16.452	1.164	15.288	8.327
Total	137.890	139.587	1.697	137.890	114.796

d. Garantia das provisões técnicas

	2012	2011
Títulos de renda fixa - Públicos	43.885	26.906
Títulos de renda fixa - Privados	108.902	95.127
Total	152.787	122.033
Provisões técnicas	129.896	103.255

e. Desempenho da carteira de aplicações financeiras

A Administração mensura o desempenho de seus investimentos utilizando como parâmetro o *benchmark* da variação do CDI ou do índice IBOVESPA comparado com a rentabilidade sobre o valor justo de suas aplicações.

7 Prêmios a receber

a. Prêmios a receber

			2012	2011
	Prêmios a receber - Pessoa física e jurídica (-) Faturamento antecipado (-) Provisão para perdas sobre créditos		13.330 (167) (8.464)	7.449 (96) (3.940)
	Total		4.699	3.413
b.	Movimentação de prêmios a receber			
			2012	2011
	Prêmios pendentes no início do exercício Prêmios Retidos IOF sobre prêmios emitidos líquidos Recebimentos IOF sobre prêmios recebidos		7.449 801.824 19.082 (796.080) (18.945)	8.876 645.246 16.483 (647.757) (15.399)
	Prêmios pendentes no final do exercício		13.330	7.449
c.	Prêmios a receber por idade			
		2012	2011	
	Prêmios a vencer De 1 a 30 dias De 31 a 120 dias	1.140 <u>1</u>	836 <u>1</u>	
	Prêmios vencidos De 1 a 30 dias De 31 a 120 dias De 121 a 365 dias Superior a 365 dias	5.121 2.051 1.044 3.973	2.316 675 829 2.792	
	Total	<u>13.330</u>	<u>7.449</u>	
d.	Provisão para perdas sobre créditos			
		2012	2011	
	Saldo no início do exercício	3.940	2.556	
	Provisões constituídas no exercício Ativos baixados durante o exercício	10.084 (5.560)	1.403 (19)	
	Saldo no final do exercício	<u>8.464</u>	<u>3.940</u>	

8 Títulos e créditos a receber

	2012	2011
Antecipação e créditos tributários de imposto de renda e contribuição social Adiantamentos a funcionários Outros créditos a receber (-) Provisão para perdas sobre créditos	39.835 161 5.722 (2.258)	27.777 190 2.760 (1.858)
Curto prazo	<u>43.460</u>	<u>28.869</u>
Imposto de renda diferido sobre diferenças temporárias Contribuição social diferida sobre diferenças temporárias	9.015 5.380	6.000 3.572
Longo prazo	14.395	<u>9.572</u>

Tendo em vista que os créditos tributários diferidos decorrem, substancialmente, das provisões para contingências, o prazo de sua realização está condicionado ao desfecho das ações judiciais em andamento.

A Seguradora realiza estudo para certificar-se de que é provável que haja lucro tributável no futuro para a realização dos créditos tributários diferidos.

9 Investimentos - Participações societárias

	Unimed Odon	to S.A.	Unimed Adn e Serviços S	,	,	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Informações sobre o investimento						
Participação	50,50	-	24,90334	24,90334		
Quantidade de ações	40.000.000	-	47.350	47.350		
Ativo total	37.221	-	3.765	3.620		
Passivo	4.504	-	313	8		
Patrimônio líquido	32.717	-	3.752	3.612		
Resultado do exercício	(1.565)	-	139	188		
Saldos do investimento no início do						
exercício	_	_	900	851	900	851
Aquisição de ações	19.386	-	-	-	19.386	-
Resultado equivalência patrimonial - PL	(2.074)	-	(4)	1	(2.078)	1
Resultado equivalência patrimonial - DRE	(790 <u>)</u>	=	34	<u>47</u>	<u>(756)</u>	<u>47</u>
Saldos do investimento no final do exercício	<u>16.522</u>	=	<u>930</u>	<u>899</u>	<u>17.452</u>	<u>899</u>

10 Imobilizado e intangível

a. Imobilizado e intangível

	Custo		Deprecia amortiza	•	Saldos		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
Imóveis	15.893	15.893	(3.610)	(3.766)	12.283	12.128	
Hardware	5.396	3.667	(3.186)	(2.676)	2.208	991	
Sistemas e aplicativos	4.654	3.662	(2.467)	(1.727)	2.187	1.935	
Móveis, máquinas e utensílios	1.105	899	(515)	(424)	590	475	
Veículos	282	282	(134)	(78)	148	204	
Equipamentos	750	742	(505)	(410)	245	332	
Outras imobilizações	<u>373</u>	426	(191)	(179)	<u>182</u>	247	
	<u>28.453</u>	<u>25.571</u>	<u>(10.608)</u>	<u>(9.260)</u>	<u>17.843</u>	<u>16.312</u>	
Intangível							
Software e desenvolvimento de software	2.815	2.815	(2.586)	(2.510)	229	305	
	2.815	2.815	(2.586)	(2.510)	229	305	

b. Movimentação do imobilizado

	Imóveis	Equipamentos	Hardware	Móveis e utensílios	Sistemas aplicativos	Veículos	Outras imobilizações	Total
	Imovels	Equipamentos	Hardward	utchsmos	apiicativos	veiculos	imobilizações	1 Otai
Custo de aquisição								
Saldo em 1º de janeiro de 2011	15.893	751	3.354	896	-	221	426	21.541
Alianaçãos	-	28	354	23	1.175	110	-	1.690
Alienações Transferências	-	(37)	(41)	(20)	(9) 2.496	(49)	- -	(156) 2.496
Transference					2.150			2.150
Saldo em 31 de dezembro de 2011	<u>15.893</u>	<u>742</u>	<u>3.667</u>	<u>899</u>	<u>3.662</u>	<u>282</u>	<u>426</u>	<u>25.571</u>
Aquisições	-	8	1.766	37	997	-	116	2.924
Alienações	-	-	(37)	<u>-</u>	(5)	-	-	(42)
Transferência	-	-	-	169	-	-	(169)	-
Saldo custo em 31 de dezembro de 2012	<u>15.893</u>	<u>750</u>	<u>5.396</u>	<u>1.105</u>	4.654	<u>282</u>	<u>373</u>	28.453
Depreciação								
Saldo em 1º de janeiro de 2011	(3.082)	(320)	(2.154)	(373)	-	(68)	(138)	(6.135)
Depreciação do exercício	(683)	(102)	(558)	(90)	(588)	(53)	(16)	(2.092)
Alienações	-	12	36	14	9	43	-	115
Transferências	-	-	-	25	(1.148)	-	(25)	(1.148)
Saldo de depreciação em 31 de dezembro de 2011	(3.766)	<u>(410)</u>	(2.676)	<u>(424)</u>	(1.727)	<u>(78)</u>	<u>(179)</u>	<u>(9.260)</u>
Depreciação do exercício	156	(95)	(536)	(91)	(748)	(56)	(12)	(1.382)
Alienações	-	-	-	-	-	-	-	-
Transferências	-	-	24	-	8	-	-	34
Saldo depreciação em 31 de dezembro de 2012	<u>(3.610)</u>	<u>(505)</u>	<u>(3.186)</u>	<u>(515)</u>	<u>(2.467)</u>	<u>(134)</u>	<u>(191)</u>	<u>(10.608)</u>
Posição do imobilizado em 31 de dezembro de 2011	<u>12.128</u>	<u>322</u>	<u>991</u>	<u>475</u>	<u>1.935</u>	<u>204</u>	<u>247</u>	<u>16.312</u>
Posição do imobilizado em 31 de dezembro de 2012	<u>12.283</u>	<u>245</u>	<u>2.208</u>	<u>590</u>	<u>2.187</u>	<u>148</u>	<u>182</u>	<u>17.845</u>

c. Operações de arrendamento mercantil

A Saúde detém certos contratos de arrendamento mercantil de aluguel de equipamentos de informática que foram classificados como "leasing financeiro" de acordo com o CPC n° 6. O saldo contábil destes ativos na data de balanço registrados no ativo imobilizado - equipamentos é de R\$ 462. O quadro abaixo apresenta uma reconciliação do total de pagamentos mínimos para estes contratos e o valor presente das obrigações registradas como um passivo financeiro da Saúde.

	2012	2011
Valores a serem pagos:		
Em até 1 ano	203	199
Até 2 anos	<u>90</u>	<u>115</u>
Total dos pagamentos mínimos futuros de arrendamento	<u>293</u>	<u>314</u>
Valor estimado da parcela	29	21
Juros financeiros nos contratos	88	29
Valor presente dos pagamentos mínimos futuros de arrendamento	<u>241</u>	<u>285</u>

d. Movimentação do intangível

Custo de aquisição	Custo com sistemas de computação	Software e desenvolvimento de software	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2011 Adições Baixas por doação Transferências	2.496 1.148 (8) (3.636)	2.815 - - - =	5.311 1.148 (8) (3.636)
Saldos em 31 de dezembro de 2011		<u>2.815</u>	<u>2.815</u>
Adições	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>2.815</u>	<u>2.815</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2011 Amortização acumulada Baixas por doação Transferências	(1.149) (276) 7 <u>1.418</u>	(2.434) (76) -	(3.583) (352) 7 1.418
Saldos em 31 de dezembro de 2011		<u>(2.510)</u>	(2.510)
Amortização acumulada	-	(76)	(76)
Saldos em 31 de dezembro de 2012		(2.586)	(2.586)
Posição do intangível em 31 dezembro 2011		<u>305</u>	<u>305</u>
Posição do intangível em 31 dezembro 2012		<u>229</u>	<u>229</u>

Movimentação das contas de provisões técnicas e das despesas de comercialização diferidas

12

13

	Saldos em 31/12/2011	Constituição	Constituição Sinistros Colaboradores	Glosa	Apropriação/ pagamentos	Saldos em 31/12/2012
Curto prazo	124	1.650			(0.4)	1.600
Provisão de benefícios concedidos Provisão de sinistros a liquidar	124 22.153	1.659 618.074	1.633	(33.305)	(94) (568.605)	1.689 39.950
PEONA	78.017	10.093	-	-	(2.117)	85.993
Despesas de comercialização diferidas	1.575	4.916	-	-	(3.911)	2.580
Longo prazo						
Provisão de benefícios concedidos	2.961	966	-	-	(1.663)	2.264
Provisões (passivo cir	culante)					
			2012		2011	
Provisão para imposto de ren	da - IRPJ		29.729)	21.890	
Provisão para contribuição so		J	11.049		8.372	
Total			40.778		<u>30.262</u>	
Débitos diversos						
Passivo circulante			2012		2011	
Participação nos lucros			3.508		3.234	
Dividendos a pagar			6.112		4.511	
Férias e encargos a pagar			2.836	1	2.428	
Fornecedores			3.476		1.086	
Depósitos de terceiros			5.333		1.705	
Outros			17	-	<u>63</u>	
Total			21.282	<u> </u>	<u>13.027</u>	
Passivo não circulante						
Fornecedores – longo prazo			5.169)	4.151	
Outros débitos a pagar			1.445	-	221	
Total			<u>6.614</u>	<u> </u>	4.372	

14 Provisões judiciais

A Seguradora está envolvida em processos judiciais relacionados aos seguintes assuntos:

a. Contingências provisionadas.

	Provisão para contingências					Depósitos	judiciais		
Natureza	31/12/2011	Constituição	Reversão principal	Atualizações	Reversão de atualizações	Honorários de Sucumbência	Saldo em 31/12/2012	31/12/2012	31/12/2011
1 - Fiscal	<u>21.467</u>	<u>9.565</u>	<u>(19)</u>	<u>1.743</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>32.750</u>	<u>26.605</u>	<u>15.760</u>
1.1 - COFINS alargamento da base	3.948	1.457	-	346	(4)	-	5.747	6.010	4.243
1.2 - INSS	301	100	-	23	-	-	424	415	291
1.3 - PIS alargamento da base	704	211	-	39	-	-	954	-	-
1.4 - CSLL 6%	11.523	7.776	(19)	1.143	(1)	-	20.422	20.180	11.226
1.5- ISS	535	21	-	47	-	-	603	-	-
1.6 - FAP	102	-	-	5	(1)	-	106	-	-
1.7 - COFINS	4.354	-	-	140	-	-	4.494	-	-
2 - Trabalhista	<u>233</u>	<u>62</u>	<u>(3)</u>	<u>27</u>	<u>(2)</u>	<u> </u>	<u>317</u>	<u>225</u>	<u>205</u>
3 - Contingências cíveis	<u>1.479</u>	<u>2.760</u>	(1.244)	<u>1.631</u>	<u>(792)</u>	<u>229</u>	4.063	<u>1.170</u>	<u>530</u>
4 - Sinistros e benefícios a conceder(*)		-		-	=	=	-	34	4
Total	<u>23.179</u>	<u>12.387</u>	<u>(1.266)</u>	<u>3.401</u>	<u>(800)</u>	<u>229</u>	<u>37.130</u>	<u>28.034</u>	<u>16.499</u>

^(*) Refere-se a depósitos judiciais de ações relacionadas a sinistros

1. Fiscal

- 1.1 Alargamento da base de cálculo do COFINS A Seguradora questiona o alargamento da base de cálculo prevista nos artigos 2º e 3º, § 1º da Lei nº 9.718/1998, tendo obtido liminar e, a partir de maio de 2007, a parcela correspondente à discussão está provisionada. O processo tramita na 6ª. Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.
- 1.2 Contribuição Previdenciária pela alíquota de 22,5% sobre remunerações pagas ou creditadas a corretores de seguros. Este processo está em tramitação na 1ª. Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região e não há decisão nos tribunais superiores sobre o tema. Para fazer face à eventual perda na solução final desse processo, foi constituída provisão. Os valores em discussão estão depositados judicialmente.
- 1.3 Alargamento da base de cálculo do PIS A Seguradora questiona o alargamento da base de cálculo prevista no artigo 3°, § 1° da Lei nº 9.718/1998, tendo obtido liminar e, a partir de maio de 2007, a parcela correspondente à discussão está provisionada. O processo tramita na 4ª. Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região.
- 1.4 Majoração de alíquota da CSLL (MP nº 413/2008 convertida na Lei nº 11.727/2009). Este processo tramita na 6ª. Turma do Tribunal Regional Federal da Terceira Região, com probabilidade provável e foi constituída provisão considerando o conceito de obrigação legal. Os valores em discussão estão depositados judicialmente.
- 1.5 A Prefeitura Municipal de Salvador questiona a Seguradora sobre a incidência de ISS sobre os pagamentos das faturas de reembolso em seguro-saúde. Em novembro de 2009 a Seguradora apresentou impugnação. O processo foi remetido ao Conselho Municipal de Contribuintes e o julgamento foi convertido em diligência para realização de perícia.
- 1.6 A Seguradora apresentou contestação ao Departamento de Política de Saúde e Segurança Ocupacional do Ministério da Previdência Social sobre a alíquota do Fator de Acidente Previdenciário FAP, em 24/09/2010, mas não obteve êxito, sendo julgada improcedente a contestação.
- 1.7 A Seguradora pede a anulação do crédito da COFINS a que se refere a carta de cobrança nº 183/2008, em 29/07/2008. Foi concedida liminar em 12/07/2011, julgando improcedentes os pedidos. Este processo tramita na 6ª Turma do Tribunal Regional Federal da 3ª Região.

2. Trabalhista

A Seguradora responde a processos de natureza trabalhista, em diversas fases de tramitação. A classificação da probabilidade de perda é a seguinte: "provável" no montante de R\$ 317 (R\$ 233 em 2011).

3. Contingências cíveis

A Seguradora responde a processos de natureza cível, transitando em diversas fases. De acordo com avaliação da Administração e de seus assessores jurídicos, a classificação da probabilidade de perda é "provável" no montante de R\$ 4.063 (R\$ 1.479 em 2011).

b. Causas contingentes não provisionadas

	Saldos em			Saldos em
	31/12/2011	Adições	Atualizações	31/12/2012
Controlada				
1 - Fiscal	106.382	18.207	3.296	127.885

A Seguradora questiona judicialmente a incidência de contribuição previdenciária sobre pagamentos as cooperativas de serviços médicos sobre fatos geradores de março de 2000 a outubro de 2001 e a partir de agosto de 2001. O processo tramita no 1ª Seção do Superior Tribunal de Justiça. Os consultores jurídicos avaliam a possibilidade de perda desse processo como sendo "remota". O valor atualizado dessa demanda em 31 de dezembro de 2012, para qual não foi constituída provisão, é de R\$ 127.885 (R\$ 106.382 em dezembro de 2011).

Devido ao andamento da causa, foram em 2009 julgados prováveis de pagamento os honorários de êxito aos advogados e consequentemente provisionados na rubrica "despesa com serviços de terceiros" em contrapartida de "outras contas a pagar" no exigível a longo prazo.

15 Capital social e reservas

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado é composto por 19.978.001 ações ordinárias, escriturais e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012, os acionistas aprovaram por unanimidade o aumento de capital no montante de R\$ 27.000.

b. Reserva legal

Constituída, ao final de cada exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido, não podendo exceder a 20% do capital social.

c. Reserva de investimento e capital de giro

É constituída por até 100% do lucro líquido remanescente, após as deduções legais, ao final de cada exercício social, tendo por finalidade assegurar investimentos em ativos permanentes e reforço do capital de giro podendo, também, absorver prejuízos.

Essa reserva, em conjunto com a reserva legal, não poderá exceder o valor do capital social. A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, ou quando atingido o limite estabelecido, deliberar sobre sua destinação para aumento do capital social ou distribuição de dividendos.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de junho de 2012, os acionistas aprovaram por unanimidade a destinação de R\$ 52.000 do saldo da reserva, sendo R\$ 27.000 para o aumento de capital e R\$ 25.000 para pagamento de dividendos antecipados.

d. Dividendos

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 10% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no Estatuto Social, sendo o dividendo proposto de R\$ 6.112 em 2012 (R\$ 4.511 em 2011). Os dividendos antecipados a pagar foram destacados do patrimônio líquido e registrados como obrigação no passivo, e liquidados dentro do próprio exercício.

Os dividendos foram calculados como segue:

		2012	2011
	Lucro líquido do exercício	64.338	<u>47.346</u>
	Reserva legal	(3.219)	(2.374)
	Ajuste da reversão de depreciação do custo atribuído		143
	Base de cálculo dos dividendos Dividendos mínimos obrigatórios conforme Estatuto Social 10%	61.119 6.112	45.115 4.511
	Percentual sobre o lucro líquido ajustado	10	10
e.	Patrimônio mínimo ajustado e margem de solvência		
		2012	2011
	Patrimônio líquido	213.938	174.006
	Deduções:	(2.809)	(1.880)
	(-) Despesa de comercialização diferida(-) Ativo não circulante intangível	(2.580) (229)	(1.575) (305)
	Patrimônio mínimo ajustado	211.129	172.126
	a) 0,20 média dos prêmios retidos dos últimos 12 meses b) 0,33 média dos sinistros retidos dos últimos 36 meses Margem de solvência (maior entre (a) e (b))	160.325 162.254 162.254	129.049 136.721 <u>136.721</u>
	Suficiência	48.875	35.405

16 Transações e saldos com partes relacionadas

As principais operações com entidades do Complexo Cooperativo e Empresarial Unimed estão detalhadas a seguir:

Os planos de seguro saúde comercializados pela Unimed Seguros Saúde S.A. incluem um benefício denominado "Seguro de Extensão Assistencial - SEA", contratado junto à Unimed Seguradora S.A., este benefício tem por objetivo garantir aos dependentes dos segurados, no caso de falecimento do titular do plano, a continuidade do atendimento assistencial, obedecidas as condições estabelecidas no regulamento do plano. Incluem também coberturas assistenciais como auxilio funeral e seguro contra acidentes pessoais. As despesas realizadas no exercício relativas a esses benefícios, classificadas em "Outras despesas operacionais", totalizaram para "Seguro de Extensão Assistencial - SEA", R\$ 2.985 (R\$ 3.578 em 2011) e demais coberturas assistenciais R\$ 677 (R\$ 1.355 em 2011). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 345 (R\$ 130 em 2011) e foi classificado no grupo "Débitos diversos";

- O seguro saúde dos funcionários da controladora direta Unimed Seguradora S.A. é contratado com a Unimed Seguros Saúde S.A. A Receita de prêmios, no exercício, totalizou R\$ 1.389 (R\$ 1.329 em 2011);
- O seguro saúde dos funcionários da controladora indireta Unimed Participações S.A. é contratado com a Unimed Seguros Saúde S.A. A Receita de prêmios, no exercício, totalizou R\$ 75 (R\$ 69 em 2011);
- O seguro saúde dos funcionários da Unimed do Brasil é contratado com a Unimed Seguros Saúde S.A. A Receita de prêmios, no exercício, totalizou R\$ 2.676 (R\$ 1.784 em 2011) e no final do exercício apresentou um montante de R\$ 2 (R\$ 0 em 2011) na rubrica de "Prêmios a receber";
- O seguro saúde dos funcionários da controlada Unimed Odonto S.A é contratado com a Unimed Seguros Saúde S.A. A Receita de prêmios, no exercício, totalizou R\$ 90 (R\$ 5 em 2011);
- A Seguradora paga a diversas cooperativas singulares, pertencentes ao Sistema Cooperativo Unimed, remuneração pela estipulação de contratos (pró-labore). O total das despesas com pró-labore, no exercício, foi de R\$ 1.018 (R\$ 1.305 em 2011), classificadas como despesas com apólices e contratos em "Despesas de comercialização". O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 76 (R\$ 52 em 2011) e foi classificado no grupo "Débitos de operações de assistência à saúde":
- A Seguradora mantém com sua controladora, Unimed Seguradora S.A., um plano de complementação de aposentadoria em benefício de seus funcionários, no exercício totalizaram R\$ 54 (R\$ 74 em 2011) e foi classificado no grupo "Despesas com pessoal próprio". Os detalhes relativos a esse contrato estão descritos na Nota 3 (m);
- O seguro de vida dos funcionários da Seguradora foi contratado com a Unimed Seguradora S.A. As despesas com seguro, no exercício de 2012 totalizaram R\$ 8 (R\$ 7 em 2011) e foi classificado no grupo "Despesas com pessoal próprio";
- Em 2012 a Unimed Seguros Saúde S.A. iniciou a contratação do plano odontológico para os colaboradores, com a Unimed Odonto S.A. A respectiva despesa, classificada em "Despesas com pessoal próprio" no exercício totalizou R\$ 15;
- A Seguradora recebe aluguel da controladora Unimed Seguradora S.A. pela utilização de dependências do edifício de sua propriedade. As receitas totalizaram R\$ 437 (R\$ 437 em 2011) e estão registradas no grupo "Receita Patrimonial" e a parcela a receber de R\$ 36 (R\$ 36 em 2011), registrada no grupo "Títulos e créditos a receber";
- A Seguradora pagou à Unimed do Brasil Confederação Nacional das Cooperativas Médicas (depositária da marca UNIMED), custos relacionados ao uso da marca. O montante das despesas com uso da marca, em 2012 foi R\$ 1.252 (R\$ 1.095 em 2011), classificadas como "Despesas com localização e funcionamento" em despesas administrativas. O saldo a pagar, em 31 de dezembro de 2012, é de R\$ 112 (R\$ 0 em 2011) e foi classificado no grupo "Débitos diversos";

- A Unimed Odonto paga para a sua controladora direta (Unimed Seguros Saúde S.A) os custos pela utilização de estrutura administrativa compartilhada que em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$ 877, registrada na rubrica de "Recuperação das despesas administrativas" e "Títulos e créditos a receber";
- A Seguradora remunerou seus administradores (Diretores e Superintendentes) no exercício de 2012 o montante de R\$ 3.332 (R\$ 2.411 em 2011).

Saldos de balanço

Ativo	2012	2011	Passivo	2012	2011
Prêmios a receber Unimed do Brasil Unimed Clube de Seguros	2	- -	Débitos de operações com assistência à saúde Cooperativas Unimed	76	52
Títulos e créditos a receber Unimed Seguradora S.A. Unimed Odonto S.A.	36 877	36	Débitos diversos Unimed Seguradora S.A. Unimed do Brasil	345 112	130
Total	<u>916</u>	36	Total	533	182
Receita Prêmios emitidos Unimed Seguradora S.A. Unimed Odonto S.A. Unimed Participações S.A. Unimed do Brasil	1.389 90 75 2.676	1.329 5 69 1.784	Despesa Despesas de comercialização Cooperativas Unimed Outras despesas operacionais Unimed Seguradora S.A.	1.018 3.662	1.305 4.933
Receitas patrimoniais Unimed Seguradora S.A. Recuperação das despesas administrativas Unimed Odonto S.A.	437 877	437	Despesas administrativas Despesas com pessoal próprio Unimed Seguradora S.A. Unimed Odonto S.A. Demais administradores Despesas com localização e funcionamento	62 15 3.332	81 - 2.411
			Unimed do Brasil	1.252	1.095
Total	<u>5.544</u>	3.624	Total	9.341	9.825

17 Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios emitidos líquidos

	2012	2011
Prêmios emitidos Prêmios cancelados/restituídos	850.306 (48.681)	680.091 (34.845)
Total	<u>801.625</u>	<u>645.246</u>

b. Tributos diretos de operações com planos de assistência à saúde

	2012	2011
COFINS PIS	(10.613) (1.740)	(8.006) (1.301)
Total	(12.353)	<u>(9.307)</u>

c. Sinistros retidos

		2012	2011
	Indenizações avisadas Despesas com sinistros	(618.034) (1.346)	(503.446) (1.770)
	Total	<u>(619.380)</u>	<u>(505.216)</u>
d.	Recuperação de sinistros indenizáveis		
		2012	2011
	Glosa Recuperação de sinistros Co-participação	33.305 1.229 <u>6.786</u>	23.176 1.795 <u>5.754</u>
	Total	<u>41.320</u>	<u>30.725</u>
e.	Despesas de comercialização		
		2012	2011
	Comissões sobre prêmios emitidos Comissões de agenciamento Variação das despesas de comercialização diferidas	(37.506) (5.230) <u>1.005</u>	(29.254) (2.903) (13)
	Total	<u>(41.731)</u>	(32.170)
f.	Outras receitas e despesas operacionais		
		2012	2011
	Benefícios SEA - Seguro de extensão assistencial Despesas com apólices e contratos Outras	(3.309) (1.706) (4.045)	(4.933) (1.305) (1.148)
	Total	<u>(9.060)</u>	<u>(7.386)</u>

g. Despesas administrativas

		2012	2011
	Despesas com pessoal	(32.340)	(30.041)
	Serviços de terceiros	(10.569)	(9.017)
	Localização e funcionamento	(9.161)	(9.617)
	Despesa com publicidade e propaganda	(6.036)	(5.996)
	Outras	(1.441)	(3.451)
	Sub-total	<u>(59.547)</u>	(58.122)
	Despesas com tributos		
	Taxas de saúde suplementar	(619)	(540)
	Outras	(223)	(216)
	Sub-total	(842)	<u>(756)</u>
	Total	(60.389)	<u>(58.878)</u>
h.	Receitas e despesas financeiras		
	Receitas	2012	2011
	Receitas com títulos privados	18.892	24.349
	Disponível para venda	10.145	18.160
	Até o vencimento	8.747	6.189
	Receitas com títulos públicos	4.985	2.570
	Disponível para venda	2.249	-
	Até o vencimento	2.736	2.570
	Receitas com fundos de investimento	5.315	2.386
	Valor justo por meio do resultado	5.015	2.265
	Disponível para venda	300	121
	Receitas financeiras com operações de assistência à saúde	869	560
	Receitas financeiras com depósitos judiciais	1.651	1.222
	Outras receitas financeiras	333	685
	Total	<u>32.045</u>	<u>31.772</u>

	Despesas	2012	2011
	Despesas com títulos de renda fixa e variável	(1.696)	<u>(189)</u>
	Valor justo por meio do resultado Disponível para venda Até o vencimento	(259) (1.272) (165)	(128) (61)
	Despesas com fundos de investimentos	Ξ	(2.175)
	Valor justo por meio do resultado Despesa financeira com operações de seguros Encargos sobre provisões para contingências Outras despesas financeiras	(110) (2.602) (320)	(2.175) (68) (3.778) (520)
	Total	<u>(4.728)</u>	<u>(6.730)</u>
i.	Resultado patrimonial		
	Receitas patrimoniais	2012	2011
	Receita de aluguel Resultado de equivalência patrimonial positivo (Nota explicativa nº 8) Resultado na alienação do ativo imobilizado	433 34 <u>=</u>	463 48 <u>15</u>
	Sub total	<u>467</u>	<u>526</u>
	Despesas Patrimoniais	2012	2011
	Resultado de equivalência patrimonial negativa (Nota explicativa nº 8)	(2.865)	-
	Sub total	<u>(2.865)</u>	≣
	Total	<u>(2.398)</u>	<u>526</u>

j. Benefícios por término de contrato de trabalho

A Seguradora também oferece Plano de complementação de aposentadoria, política de recolocação profissional e extensão do seguro saúde por período de seis meses de forma discricionária. Os valores representaram no exercício de 2012 R\$ 6 (R\$ 13 em 2011).

18 Imposto de renda e contribuição social

		Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011	
Lucro antes dos impostos e após participações sobre o resultado	108.434	78.873	108.434	78.873	
Adições: Provisão para contingências Provisão para devedores duvidosos Donativos Outras	9.036 5.197 103 4.799	9.074 1.659 293 761	9.036 5.197 103 4.799	9.074 1.659 293 761	

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2012	2011	2012	2011
Exclusões: Reversão de contingências Receitas com depósitos judiciais Outras	(2.180) (1.652) (967)	(519) (1.222) (406)	(2.180) (1.652) (967)	(519) (1.222) (406)
Base de cálculo	122.770	88.513	122.770	88.513
Alíquotas: Imposto de renda e Contr. Social alíquota básica 15% Imposto de renda alíquota adicional 10% Programa de Alimentação ao trabalhador	(18.416) (12.253) 28	(13.277) (8.827) 27	(18.416)	(13.277)
Patrocínios	912	187	-	-
Tributos correntes	(29.729)	(21.890)	(18.416)	(13.277)
Tributos diferidos	(497)	(311)	(298)	(204)
Constituição de créditos tributários sobre diferenças temporárias	3.015	2.604	1.810	1.548
Reversão de IRPJ e CSLL sobre o lucro real do exercício de 2010 Reversão de IRPJ sobre o lucro real do exercício de 2011	- 19	13	-	(10)
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(27.192)	<u>(19.584)</u>	(16.904)	(11.943)
Alíquota efetiva	<u>25,07</u>	<u>24,82</u>	<u>15,59</u>	<u>15,14</u>

19 Cobertura de seguros (não auditada)

A Seguradora adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era de R\$ 15.000 para danos materiais, R\$ 102.503 para lucros cessantes.

A Controladora Unimed Seguradora S.A, contratou apólice de Cobertura de Responsabilidade Civil dos Administradores, extensivo às suas subsidiárias e suas controladas no valor de R\$ 20.000.

20 Conciliação entre o lucro líquido e o fluxo de caixa líquido das atividades operacionais

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	64.338	47.346
Ajustes para:		
Receitas com ajustes a valor presente	(52)	(29)
Resultado de equivalência patrimonial	761	(48)

	2012	2011
Provisão de risco de crédito	5.197	1.659
Depreciação e amortização	1.927	2.022
Dividendos propostos	(6.112)	-
Ajuste de MTM sobre aplicações financeiras	2.896	-
Outros	(107)	-
Aplicações financeiras	(51.382)	(64.838)
Crédito de operações com planos de assistência à saúde	(1.195)	2.726
Despesas de comercialização diferidas	(1.005)	13
Títulos e créditos a receber	(16.881)	(10.289)
Outros valores e bens	(2.533)	741
Depósitos judiciais e fiscais	(11.535)	(10.341)
Provisões técnicas de operações de assistência á saúde	26.641	10.604
Débitos de operações de assistência à Saúde	748	996
Impostos e contribuições	(31.493)	(19.671)
Débitos diversos	10.497	(105)
Provisões judiciais	13.951	12.975
Caixa gerado nas atividades operacionais		
Impostos sobre o lucro	44.376	31.527
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	49.035	5.288

Diretoria

Rafael Moliterno Neto Diretor Presidente

Alexandre Augusto Ruschi Filho Diretor

Mauri Aparecido Raphaelli Diretor

> Helton Freitas Diretor

Atuária

Lara Cristina da Silva Facchini Atuária - MBA - 1118

Contador

Eduardo Duarte da Silva CRC: 1PR057518/O-8 (S) SP